



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368
Volume 12, 2025, p. 544 - 558
<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Plano municipal de educação e seus desafios do município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2022-2023

Municipal education plan and its challenges for the municipality of Manacapuru-AM/Brazil, for the period 2022-2023

Paula Francinette Sá Mota¹ Maria Selma da Silva²
Neliany Castro de Menezes³ Idjane Sueleyde das Neves Marinho⁴

DOI: [10.5281/zenodo.17088246](https://doi.org/10.5281/zenodo.17088246)

Submetido: 13/07/2025 Aprovado: 20/08/2025 Publicação: 09/09/2025

RESUMO

O presente estudo explana sobre o Plano Municipal de Educação e seus Desafios do Município de Manacapuru-AM/Brasil, no Período 2022-2023”. O mesmo consiste em estratégias e políticas educacionais que contemplam o propósito de avaliação e monitoramento constante, à luz da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município. Além disso, é um documento que representa de forma organizada o processo participativo, bem como ser um instrumento democrático em sua conceituação, objetivos e metodologia operacional. Teve como objetivo geral: Identificar os desafios da gestão para atingir as metas do Plano Municipal de Educação. A pesquisa adotou uma metodologia exploratória descritiva com enfoque qualitativo como procedimento técnico operacionalizada por meio de questionários aplicados nas instituições e departamentos de ensino. Os principais resultados mostram que se o Plano Municipal de Educação foi executado de forma plausível, com o apoio do poder público, com isso os valores educacionais esperados serão maiores pois as atividades direcionadas devem ser desenvolvidas dentro do prazo estipulado para alcance das metas.

Palavras-chave: PME, Educação, Gestão.

RESUMEN

. El presente estudio explora el Plan Municipal de Educación y sus Desafíos del Municipio de Manacapuru-AM/Brasil, en el período 2022-2023. El mismo consiste en estrategias y políticas educativas que contemplan el propósito de evaluación y monitoreo constante, a la luz de la Constitución Federal y de la Ley Orgánica del Municipio. Además, es un documento que representa de forma organizada el proceso participativo, así como también constituye un instrumento democrático en su conceptualización, objetivos y metodología operativa. Tuvo como objetivo general: Identificar los desafíos de la gestión para alcanzar las metas del Plan Municipal de Educación. La investigación adoptó una metodología exploratoria descriptiva con enfoque cualitativo como procedimiento técnico, operacionalizada por medio de cuestionarios aplicados en las instituciones y departamentos de enseñanza. Los principales resultados muestran que, si el Plan Municipal de Educación fue ejecutado de forma plausible con el apoyo del poder público, los valores educativos esperados serán mayores, pues las actividades dirigidas deben desarrollarse dentro del plazo estipulado para el logro de las metas.

Palabras clave: PME, Educación, Gestión.

¹ Doutoranda e Mestre em ciências da educação/UNIDA – Paraguai (2022); Professora concursada – SEDUC, SEMED.
paulasa946@gmail.com

² Doutora e Mestre em Ciências da Educação/UTIC/UNISAL - Paraguai (2022, 2017), Pós-graduado em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas UNINORTE (2008), Teoria da Educação e Prática docente UFAM/AM (1999). Licenciada em ciências com habilitação em Matemática FAFOPST/PE (1993). Professora concursada SEDUC, SEMED, mariselma_silva@hotmail.com.

³ Graduada em Licenciatura Normal Superior – Universidade UEA; Mestra em Ciências da Educação/UNIDA. Paraguai (2022); Professora concursada – SEDUC, SEMED, nelianycastro@hotmail.com

⁴ Doutoranda e Mestre em ciências da educação/UNIDA – Paraguai (2022); Professora concursada – SEMED.
idjane_su@yahoo.com.br

1. Introdução

Desde a implementação do atual Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 muito tem se discutido acerca da possibilidade da efetivação do mesmo. Os municípios, por meio da criação de seus Planos Municipais de Educação, baseados no PNE, criaram as suas estratégias (baseadas nas estratégias e metas nacionais) a fim de efetivar tal Plano.

Os Planos Municipais de Educação (PMEs) foram instituídos por lei e devem ser documentos que representem de forma organizada o processo participativo, além de um instrumento democrático nos termos de sua conceituação, objetivos e metodologia operacional.

Situação problema: O impacto causado nas gestões municipais mediante ao novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reflete nas transformações da sociedade alicerçadas por leis que visam assegurar a sustentabilidade de seus avanços. Dado a importância para os municípios criarem seus próprios planos educacionais, no município de Manacapuru não seria diferente. Para tanto, criar mecanismo de avaliação e acompanhamento que garanta prosseguir com as ações durante o tempo de vigência do plano municipal de educação, é tão importante quanto. Diante disso procurou-se saber:

Pergunta Central: Como está sendo executado e os desafios enfrentados para alcançar as metas do Plano Municipal de Educação no município de Manacapuru-AM/Brasil no período de 2022-2023?

Perguntas específicas: Como os sistemas e/ou as instituições de ensino do município estão distribuídos e alinhados para seguir a execução do Plano Municipal, no Município de Manacapuru AM/Brasil, no período de 2022-2023?

Quais os avanços alcançados das metas no período de 2022 a 2023?

Existe um planejamento do município para os últimos dois anos de execução do PME?

Os professores podem estimular a busca por melhorias na qualidade de vida, via campo da educação, levando aos alunos a responsabilidade coletiva em busca de soluções sustentáveis, por isso é importante um planejamento que possibilite garantir a qualidade de ensino e que as suas metas sejam alcançadas.

Objetivo geral: Identificar os desafios enfrentados pela administração para alcançar as metas do Plano Municipal de Educação no município de Manacapuru-AM/Brasil no período de 2022-2023.

Objetivos Específicos: Analisar como os sistemas e/ou as instituições de ensino do município estão distribuídos e alinhados para seguir a execução do Plano Municipal, com ênfase no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2022-2023; descrever quais os avanços alcançados das metas no período de 2022- 2023;

Discutir a possível existência de um planejamento do município para os últimos dois anos de execução do PME.

Justificativa: Tendo inúmeras discussões sobre planos de educação iniciados no Brasil através do Manifesto dos Pioneiros da educação em 1932, o qual objetivava construir uma educação comum para todos, gratuita, mista, laica, obrigatória onde homens e mulheres pudessem adquirir os mesmos direitos de aprendizagem. Segundo SAVIANI (2007), os avanços conquistados, por meio dos planos de educação elaborados e aprovados pelos diferentes entes federativos, em geral não lograram êxito como base para as políticas públicas.

Com a Constituição Federal em 1988 no seu Art.204, torna o Plano Nacional de Educação (PNE) obrigatório. Este plano articula ações de todos os entes federados, obriga Estados, municípios e o Distrito Federal a aprovarem, por seus poderes legislativos os planos estaduais (PEEs) e municipais (PMEs) com a mesma duração de dez anos.

Nos inquieta perceber que mesmo com todos os avanços na educação e criação de mecanismos, ou seja, programas e projetos em grandes plataformas do ministério da educação, observamos as dificuldades dos administradores públicos em cumprir as diretrizes e metas estipuladas no plano nacional e adequados a realidade de cada PME do município, visivelmente mostrada pelo querer político em realizar., pois perpassa do querer de uma sociedade local, pelo fato da liberação de recursos se dá através dos governos federal e estadual.

Viabilidade: O projeto é viável, pois além de conseguir a amostragem para aplicação das amostragens, os resultados possibilitarão aos professores uma análise crítica do plano municipal, no qual os recursos precisos foram custeados pela pesquisadora.

2. Marco Teórico

2.1. A incumbência da escola

Quando nos referirmos ao papel desempenhado pela escola devemos lembrar a quem esta instituição serve, o que faz, quando e como o faz. Dessa forma, é preciso lembrar, como chegamos anteriormente, que o trabalho da escola se baseava exclusivamente no aprendizado individual dos conhecimentos básicos de leitura e escrita, a fim de atender às demandas e necessidades de adaptação ao mercado de trabalho. Percebe-se que não há preocupação no ensino aprendizado dos estudantes.

Mas chegará a hora e a mudança chegará, e antes disso, a escola também. Por isso, esta instituição traz à tona o aluno de forma ativa, estimulando-o a pensar, para além dos moldes curriculares, contribuindo para a formação de um sujeito crítico que intervém na sua realidade.

Por enquanto, o distrito escolar deve procurar constantemente maneiras e usar a inovação para alcançar objetivos além do alfabetismo. Com isso, Young (2007) refere-se à escola como uma instituição cuja finalidade específica é promover a aquisição de conhecimento e esta não permanecer em outro espaço que não a escola. Assim, esse autor enfatiza a importância de saber quais desses saberes se tornarão meios para que o indivíduo entenda o meio em que vive.

A escola tem um papel preponderante no contributo do sujeito, tanto do ponto de vista do seu desenvolvimento pessoal e afetivo, como da constituição da sua identidade, bem como da sua futura integração na sociedade (SYMANSKI, 2001, p. 90).

Consequentemente, é necessário que a escola reveja sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a firmar parceria com a família a fim de atingir seus objetivos educacionais. É importante que a escola se esforce para fortalecer sua relação com a família em prol do bem-estar do aluno. Para maior fluência de seus objetivos, a escola necessita da participação da família e que essa participação contribua efetivamente para o bom desempenho acadêmico dos alunos.

Segundo Torres (2006), uma das funções sociais da escola é preparar os cidadãos para o exercício da cidadania habitando como profissionais e cidadãos. Isso significa que a função social da escola é democratizar o conhecimento e formar cidadãos participativos e atuantes.

O papel da escola é fornecer um conjunto de práticas pré-estabelecidas a fim de ajudar os alunos a se apropriarem de conteúdos sociais e culturais de forma crítica e construtiva. Essa função social nas postas a dois aspectos: o desenvolvimento pessoal e o contexto sociocultural (FREIRE, 2000. p. 132).

Assim, o conhecimento é entendido hoje como um valor particular, ainda mais do que os bens materiais. Todos concordamos em um ponto: o conhecimento é importante para cada indivíduo, especialmente os jovens para enfrentar o presente e o futuro em meio à incerteza que desperta no presente. Devemos ensinar bem e aprontar as pessoas para exercer a cidadania e trabalhar no contexto de uma sociedade intrincada (GADOTTI, 2003, p. 50).

A UNESCO sugere que os estudos devem se concentrar nos seguintes pré-requisitos:

Aprender a conhecer: Para mostrar como devemos aprender a conhecer, devemos ter em mente que este tipo de aprendizagem tem um propósito e que seu fundamento é o prazer de compreender, conhecer e descobrir. Para isso, a educação deve criar meios para prolongar a escolarização, ou seja, que os adultos, após a conclusão dos estudos, progridam alegremente fazendo novos cursos, pesquisando, etc.

Aprender a ser: a educação deve contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa mente e corpo, inteligência, sensibilidade, senso estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade.

Todo ser humano deve estar preparado, pela educação que recebe, para atuar nas diversas circunstâncias da vida. Para isso, todos devem ter um pensamento autônomo e crítico, ou seja, uma personalidade própria.

Significa ouvir e deixar a porta aberta para revisão da norma sempre que necessário. Exercer autoridade significa respeitar a personalidade dos alunos que devem ter o direito de expressar suas opiniões. (SAVIANI, 1999, p. 39).

2.1. As remodelações da escola ao longo do tempo

Nas sociedades primitivas a educação se acha difusa ao próprio funcionamento da sociedade de modo que todos educam a todos. O processo de aprendizagem neste momento se dava através da prática e os conhecimentos eram transmitidos por via dos serviços domésticos. O currículo era simplesmente a cultura passada de geração após geração.

As escolas de hoje são o resultado de mudanças de pensamento que se acumularam ao longo dos séculos. No novo modelo, a instituição absorveu algumas características das famílias educacionais da velhice Média, o resultado é que muitas crianças são partidas à própria sorte, pois seus pais assumiram seus papéis sociais no mundo globalizado e a escola sozinha não consegue dar conta de toda Educação, editar, processar. Para Libâneo (1999, p. 97):

A partir desse regaste histórico sobre a educação e constituição da escola, observam-se dois aspectos relevantes e que, em algum momento, ainda estão presentes na educação e na escola atual. O primeiro refere-se à exclusão, evidenciada com grande ênfase, na época colonial e imperial, nas quais o acesso à educação era somente aos filhos de elites.

O segundo aspecto refere-se à seleção/classificação, caracterizada fortemente no período republicano, com a industrialização, na qual o interesse da educação era formar pessoas para o mercado de trabalho. Para isso, selecionava-se os que se destacavam como melhores, na concepção da escola. Nesse sentido, acrescenta-se as afirmações de Pan e Zugman (2015)⁵ os quais afirmam que, por muitos anos, uma das funções principais da escola era selecionar os alunos considerados melhores para o mercado de trabalho. Assim, a escola era quem determinava os que tinham condições de dar continuidade aos estudos ou buscar um trabalho desde cedo.

A exclusão e a seleção são dois temas ainda presentes nas escolas atuais e que produz grandes discussões. Evidencia-se a presença da seleção no contexto escolar atual quando se observa o sistema de avaliação da aprendizagem. O sistema de avaliação de desempenho em muitas escolas é ainda baseado na atribuição de nota a partir de uma prova ou exame, ou seja, baseado no ato de

⁵ Pan, M. A. G. S., & Zugman, M. J. (2015). Psicologia e políticas inclusivas na educação: contribuições de uma leitura bakhtiniana. Estudos e Pesquisas em Psicologia.

examinar, caracterizado pela classificação dos alunos melhores e os alunos piores. Um estudo cujo objetivo era discutir os efeitos aversivos das práticas tradicionais de avaliação da aprendizagem escolar com alunos, evidenciou diversos efeitos causados por estas, tais como: medo e ansiedade, sentimento de incapacidade, perda de motivação para estudar, frustração e exclusão, deterioração da relação sujeito-objeto, entre outros. Identificou-se que as práticas de avaliação empregadas cumpriam o papel de classificar o aluno em algum nível e, por consequência, estigmatizá-los (LEITE; KAGER, 2009)⁶.

Sendo assim, parece que a escola atual deve se reajustar aos novos e diferentes alunos para que possa se construir papéis e valores únicos para uma geração que necessita muito mais da vivência de novas experiências do que compreender papéis ou valores obsoletos para os tempos atuais. A função civilizadora da escola de propiciar modelos culturais e racionalizar sujeitos para gerenciar o mundo parece estar enfraquecendo na contemporaneidade (SCHWERTNER; MUNHOZ, 2017). Exclusão praticada dentro do sistema educacional, por meio do mecanismo da reprovação (FERRARO, 1999).

2.2.1. Educação e Sociedade

Pensar em educação é pensar em qualidade, pois a melhoria dela sempre foi buscada ou ao menos discutida pelos órgãos do governo responsáveis, principalmente a partir da democratização do acesso ao ensino público.

No que diz respeito à educação o mínimo é o oferecido, o que se traduz no simples acesso à escola, pois, na luta pela qualidade, a burguesia detém os privilégios sociais e as oportunidades de adquirir uma melhor formação e valorização no mercado de trabalho.

Na década de 1980, a expansão das ideias de democratização na educação teve caráter de interesse político e, de acordo com Silvana Aparecida de Souza, professora graduada em Pedagogia, mestre em Educação pela UFPR, Doutora em Educação pela USP e com Pós-doutorado em Política Social pela UnB, “se efetivou no contexto da manutenção e da afirmação do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2015, p. 59). Segundo a autora, no que diz respeito ao termo democrático, este não deve ser entendido apenas como a participação da população na escolha dos representantes políticos ou na escolha do diretor de uma escola por meio de votação, mas sim com sentido amplo, afirmando que um serviço público só pode ser considerado democrático se oferecer qualidade a todos. Souza ainda coloca:

(...) pode-se afirmar que a universalização de um sistema de serviços sociais na modalidade pública, do qual faz parte o sistema educacional, é condição para a democratização

⁶ LEITE, S. A. S.; KAGER, S. Efeitos aversivos das práticas de avaliação da aprendizagem escolar. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 12, pp. 109-134, 2009.

das oportunidades de vida, e única forma que contém a potencialidade de reduzir a desigualdade entre as pessoas, enquanto, um sistema dual propicia necessariamente o aumento dessa desigualdade. (SOUZA, 2015, p.53).

Observa-se assim, que o sistema educacional brasileiro desde a sua implantação, não pode ser entendido como democrático apenas por universalizar a oferta de vagas na rede pública, pois não oferece qualidade de ensino para todos, ou oferece níveis de qualidade diferenciada, às vezes de escola para escola, o que significa privilégio e não qualidade.

Os investimentos em educação pública no Brasil são historicamente marcados pela subordinação à disponibilidade orçamentária imposta pelo governo e o ajuste fiscal (CARREIRA e PINTO, 2007, p. 13). Denise Carreira possui graduação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo, doutorado pela Faculdade de Educação da USP e foi coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

2.3. Qualidade da educação no Brasil

Muito se discute em relação a qualidade da educação pública no Brasil e muitos autores pesquisam e escrevem sobre ela. A partir da democratização do acesso à educação que ocorreu o final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o centro das discussões passou a ser a qualidade do que seria ofertado, como seria ofertado e de que forma isso seria avaliado. Porém, com conceitos e técnicas do setor produtivo/empresarial aplicado à educação, a qualidade passou a ter um significado diverso do que era pensado até então.

Para Barbosa e outros (1994), defensores da Gerência da Qualidade Total (GQT), “gerenciar pela qualidade significa gerenciar para atender as necessidades das pessoas, principalmente dos clientes da instituição” (BARBOSA e outros, 1994, p. 11), definindo como o objetivo da GQT essa satisfação, que deve evoluir por três estágios para garantir a qualidade: 1) Via de Inspeção; 2) Via Controle do Processo; 3) Via Desenvolvimento de Novos Produtos (BARBOSA e outros, 1994, p. 12).

No estágio da “Via Inspeção”, segundo os autores, o controle feito ao final do processo, depois do serviço prestado. Na escola, a implantação desse sistema significaria controlar a qualidade através dos resultados alcançados. De acordo com a Constituição Federal: Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p.)

Para os defensores da GQT, satisfazer o cliente é fundamental para a sobrevivência da instituição e seu prestígio perante a sociedade.

Analisando tal concepção, para Souza (2001), o termo qualidade “está mais ligado a uma determinada concepção de qualidade dos processos industriais” (SOUZA, 2001, p. 41), chamada

de Qualidade Total. Para a autora, transpor as regras do setor empresarial para a educação desconsidera a característica não material do processo de produção da escola e seu processo pedagógico, tendo em vista que a GQT foi criada para auxiliar indústrias no enfrentamento da crise nacional da década de 1980 e depois estendida à área educacional, com os mesmos princípios, significados e terminologias. Para Souza (2001),

2.3.1 A Democratização do Acesso a um Ensino Sem Qualidade

De acordo com Enguita (1994), na linguagem do mercado a qualidade diz respeito a bens ou serviços que se distinguem de outros em função do desejo de satisfazer as mesmas necessidades do público, ou seja, dois produtos com a mesma finalidade se diferenciam em qualidade de acordo com o nível de satisfação que oferecem ao cliente. Já no ensino, a qualidade está na passagem das melhorias quantitativas para qualitativas. Nesse sentido, qualidade deixa de fazer referência a “mais materiais ou mais professores” e passa a ser “melhores materiais e melhores professores”, por exemplo. Mas o autor ainda esclarece que quando se fala em qualidade na educação nem sempre se garante “o

2.4. O planejamento escolar: metas e estratégias para a educação

Partindo-se do princípio de que a Educação é uma política pública, logo existe a necessidade de se planejar e de se aconselhar. Monlevade (2003) destaca algumas observações no que se refere ao Planejamento Educacional, salientando algumas passagens importantes que marcaram a trajetória do planejamento educacional no Brasil que, através da contribuição de seus estudos, traçamos adiante.

Nesse sentido, o autor nos traz a citação da Correspondência, datada de 1779, do então regente D. João ao Capitão-Geral Caetano Pinto Miranda Montenegro de Mato Grosso do Sul, a qual já expunha projetos da Corte para a instrução pública na Capitania e mostrava também a preocupação de a autoridade ter o assessoramento de conselheiros em seus planos e ações.

Conforme estudos de Coutinho (2005), o Brasil emerge justamente na época do predomínio do capital mercantil, na época da criação de um mercado mundial. Nossa pré-história como nação, diz ele – os pressupostos de que somos resultado –, não advém da vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de nossos descobridores: situam-se no contraditório processo da acumulação primitiva do capital, que tinha seu centro dinâmico na Europa ocidental.

2.4.1 PME e as estratégias para educação

Importa destacar das análises o conteúdo das estratégias que tratam como a gestão democrática seria viabilizada. Cabe ao plano nacional apresentar as grandes definições sobre a política educacional brasileira, sendo de responsabilidade direta dos estados e municípios a execução dessas definições na educação básica.

Pensando na gestão democrática com o discurso que “implica, para os diferentes sujeitos do sistema de educação, a práxis de propor e decidir, coletivamente, as políticas a serem implementadas no âmbito da escola, ao que podemos acrescentar, também, dos sistemas de ensino” (ANDRADE, 2013 apud AZEVEDO, 2017, p.5), a meta da Gestão Democrática da Educação que se encontra nos planos apresenta estratégias que são contempladas nos três documentos.

3. Metodologia

3.1. Projeto de Pesquisa

Manacapuru é um município brasileiro da região metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. Ocupa uma área de 7.329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 95.330 habitantes, tornando-se a quarto maior município mais populoso do estado do Amazonas.

Espera-se que no desenvolvimento do PME, este município tenha a finalidade de fazer com que o município elenque metas e ações.

De acordo com Assis (2014), a metodologia é o procedimento pelo qual se explica de maneira detalhada, minuciosa e rigorosa toda a ação desenvolvida e tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

3.1.1. Tipo de Pesquisa

O procedimento metodológico foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, exploratória descritiva, dados, opiniões informações para classificá-los e organizá-los. A pesquisa visa entender melhor o problema com o objetivo de explicá-lo ou formular hipóteses. Portanto, o planejamento é flexível o suficiente para levar em consideração vários aspectos relacionados com os fatos que estão a ser estudados. Na maioria dos casos essas revisões incluem: (a) revisões bibliográficas; (b) entrevistas com pessoas que têm experiência real na resolução do problema em estudo; e (c) análise de amostras que "incitando compreensão".

A pesquisa foi exploratória e descritiva, uma vez que foram analisados leis, decretos, portarias e resoluções elaborados pelo Ministério da Educação do Desporto (MEC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Constituição Federal (CF88) e Plano Nacional de Educação (PNE).

3.1.2. Enfoque

O estudo teve enfoque qualitativo com aplicação de questionários com perguntas estruturadas, que segundo: (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000) “As técnicas qualitativas focam a experiência das pessoas e seu respectivo significado em relação a eventos, processos e estruturas inseridos em cenários sociais”.

Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986). No entanto, é importante enfatizar que no enfoque **qualitativo** a subjetividade está ligada à pesquisa (LEONEL; MOTTA, 2007).

3.2. População e Amostra

Segundo Alvarenga (2010), a população é constituída pelo conjunto de pessoas ou casos que integra a comunidade ou amostra a ser estudada. A pesquisa foi desenvolvida na secretaria de educação do município de Manacapuru-AM/Brasil, o município possui 155 escolas de educação básica com em torno 30.802 alunos e uma equipe docente de 1.346 educadores distribuídos em turnos diversos. A pesquisadora selecionou para sua coleta de dados, fontes da própria construção do PME de Manacapuru, para realizar a pesquisa bibliográfica.

Conforme Alvarenga (2010), a amostra é o processo seletivo de uma parte representativa da população para ser investigada. Uma amostra é a menor parte da população, ou seja, um subconjunto de toda a população.

As amostras de dados são criadas usando uma variedade de métodos de pesquisa, como amostragem probabilística.

3.3. Técnicas e instrumentos de coletas de dados

O instrumento de coleta de dados, foram constituídos por uma análise sistêmica realizada no PME com dados da real situação das metas em análises em forma de observação, o qual foi incluído um método de observação documentada no próprio PME. A partir desse pressuposto declaramos considerar duas características: Acervos bibliográficos e documentais. Antes de mais nada, necessária para qualquer enquête científica, provê conhecimentos teóricos e empíricos que

orientam o trabalho. Assim, ao fundir as ideias que defende com as dos vários autores, terá a possibilidade de concordar ou não com as colocações estabelecidas. Assim, segundo Silva (2008), algumas medidas devem ser tomadas na utilização do acervo bibliográfico, levando em consideração alguns aspectos, como: - produção da obra a partir do maior número possível de material bibliográfico publicado.

Assim, pode-se dizer que esse tipo de acervo (bibliográfico) foi obtido por meio de diversas fontes, como periódicos (jornais e revistas), documentos eletrônicos e impressos diversos.

A análise também foi realizada através de documentos considerados de segunda mão, como relatórios de enquete, tabelas estatísticas e relatórios corporativos. Os dados coletados (como no levantamento de documentos) foram encontrados em órgãos públicos, como prefeituras, administrações e outros setores específicos da sociedade.

4. Análise de Resultados

4.1. Organização dos Resultados

Assumpção (2006), Lyrio (2013) aponta o planejamento como sendo fundamental no processo de elaboração do PME para que favoreça a participação de todos os segmentos. A pesquisadora discutiu o PME dos municípios por ela pesquisados em meio às políticas públicas operacionalizadas, tais como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Orçamento Anual (LOA), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Plano de Ações Articuladas (PAR).

4.1.1. Resultados do Primeiro Objetivo Específico

Analisar como os sistemas e/ou as instituições de ensino do município estão distribuídos e alinhados para seguir a execução do Plano Municipal, com ênfase no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2022-2023; Detectou que o projeto foi amplamente discutido em todas as áreas sociais do município e o executivo municipal recebeu as ideias no campo da educação, regulamentou converteu em lei e zelou pelo seu cumprimento.

4.1.2. Resultados do Segundo Objetivo Específico

Descrever quais os avanços alcançados das metas no período de 2022- 2023; De acordo com os relatórios, foi observado que apesar dos entraves, houve avanços nos últimos sete anos de vigência do PME.

4.1.3. Resultados do Terceiro Objetivo Específico

Discutir a possível existência de um planejamento do município para os últimos dois anos de execução do PME; Após avaliação anual, detectou-se que as metas foram atingidas e o planejamento foi enviado para o MEC e a Câmara Municipal e apreciado pelos os vereadores.

5. Conclusão

O plano Municipal de Educação o PME deve estar articulado com o PNE – Plano Nacional de Educação e o PEE – Plano de Educação Estadual, tendo em vista que os planos municipais de educação podem ser limitados ou enriquecidos pelos planos estaduais, recomenda-se que todos os segmentos da sociedade e as três esferas de governo participe da construção do PME, da mesma forma que têm participado da construção do plano PNE.

O PEE deve refletir o acordo entre os governos estaduais e municipais de cada estado, uma vez que as metas estaduais devem estar refletidas no mix de metas dos governos locais de cada unidade federativa. A soma das metas estaduais, por sua vez, deve ser suficiente para atingir as metas nacionais. Por esse motivo, é necessário o encadeamento necessário de metas de construção entre PME e PNE, PEE.

É relevante que o poder público execute as metas do PME, fazendo assim cumprir as propostas exemplificadas nas políticas públicas de um município, a união de uma sociedade leva a execução de um sonho para agregações de valores se bem conduzida.

Deve-se considerar também que o plano municipal de educação é de todos que vivem no município. Consequentemente, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no plano o que vai muito além das possibilidades de apresentação educacional direta pela prefeitura. Também não é o plano do gabinete do prefeito ou do secretário da educação municipal. Porque passa ao largo do mandato de muitos prefeitos e lideranças municipais.

O trabalho envolve a participação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a representação de diversos segmentos da sociedade, mas não deixa de dar peso e importância ao papel das lideranças municipais. Para garantir a qualidade e dar peso político ao plano é desejável que o Prefeito e seus secretários assumem papel de destaque, como líderes importantes na construção das decisões que vincularão o projeto educacional ao projeto de desenvolvimento local.

Por isso, a intersetorialidade é condição estratégica para a significação do plano visto que o projeto educacional de um município não é de responsabilidade apenas do gestor da rede educacional, mas de todas as instituições governamentais, com a participação ativa da sociedade. O PME será responsável por traduzir e alinhar os caprichos necessidades para o rendimento educacionais

da comunidade para a oferta da educação básica (em todos os seus níveis e modalidades) e também da educação superior. Também leva em consideração a história as características socioculturais e ambientais, a vocação e as perspectivas de futuro promissor de uma comunidade.

Ficou comprovado que o plano municipal de educação é o instrumento norteador da política Municipal, foi criado por lei pela prefeitura e desenvolvido com a participação da comunidade. O PME define as metas, diretrizes e direcionamentos educacionais para o município para viabilizar maior rendimento ao município, principalmente a educação.

5.1. **Recomendações**

Recomenda-se que esta pesquisa seja compartilhada com o MEC, ministério de Educação e cultura para que se possa acompanhar as execuções exemplificadas neste plano para que o ensino venha ser mais rentável. O PME é um plano que, juntamente com os setores sociais, tem a finalidade de elaborar metas e estratégias que possam ser materializadas e vivenciadas e inserir em seu planejamento todas as necessidades da rede municipal de educação.

É importante ter em mente que o PME deve partir da comunidade e não apenas da rede ou sistema comunitário. O plano de educação comunitária é de todos os que vivem na comunidade; Portanto, todas as necessidades educacionais dos cidadãos devem estar contempladas no plano, o que vai muito além das possibilidades da oferta educacional direta da prefeitura. Também não se trata da intenção de uma administração da prefeitura ou da secretaria municipal de educação, pois se trata de mandatos de vários prefeitos e secretários municipais de educação. O trabalho supõe o envolvimento das três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) e representantes dos diversos estratos da sociedade, mas não deixa de dar peso e importância ao papel das lideranças municipais. Para garantir a qualidade e dar peso político ao plano, é desejável que o prefeito e seus secretários tenham papel de destaque como protagonistas na construção de decisões que vinculem o projeto educacional ao projeto de desenvolvimento local. (BRASIL, 2014a, p.7).

Referências

AZEVEDO, J. M. L. **Plano Nacional de Educação e planejamento**: a questão da qualidade da educação básica. Revista Retratos da Escola, vol. 8, n. 15, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. BRASIL. Lei nº 13.005, 25 de Julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília,1996. Cortez, 1993.

COSTA, A. de C. **RBPAE** – v.26, n.1, p.105-121, jan/abr. 2010. CURY, C. R. J. Gestão democrática na educação: exigências e desafios. RBPAE São Bernardo do Campo, v. 18, p. 163-174, 2002.

CARVALHO, **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos.** UNICAMP, 2000.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: **limites e perspectivas.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

FÁVERO e FÁVERO, **Maria de Lourdes de A. e Osmar.** Durmeval Trigueiro – FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLACH S. M. ; SAKATA, K. L. da S. RBPAE - v. 32, n. 2, p. 549 - 569 mai./ago. 2016 FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios /** Paulo Freire. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Planejamento Educacional: o instrumento na busca da qualidade e da eficácia.** GERIR, Salvador, v. 9, n. 34, p. 12 – 38, 2003.

FERRO. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração.** 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 1999.

GADOTTI, Moacir; **ROMÃO**, José Eustáquio. Sistema municipal de educação: estratégias para sua implantação, 2011.

GATTI, Bernardete A. **Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais.** Revista Científica - FCC/ PUC, São Paulo v. 1, n. 1, 1999.

GENTILINI, João Augusto. **Planejamento educacional no âmbito dos sistemas municipais de ensino: o desafio da autonomia,** 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular.** Cadernos Metrópole, n. 7, p. 9-31, 1º sem. 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação /** Maria da Gloria Gohn – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo / Maria da Gloria Gohn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Políticas Públicas e Processos de Emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira.** Caderno CRH, Salvador, v. 19, n. 48, p. 537-549, set./dez. 2006.

HADDAD, Fernando. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MEC/ SEB, 2008.

HORTA, J. S. Baía. **Gustavo Capanema** – Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HORTA, J. S. Baía. **Planejamento educacional.** In: MENDES, D. T. (Org.). Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta C; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LÜCK, Heloisa. C.T.E. **Consultoria Técnica Educacional**. Educação na gestão municipal: fontes de financiamento e plano municipal de educação.

LIBÂNEO. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 1999. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/objetivos.html>>. Acesso em 12 de jul. 2022.

LEITE, **Ciclo de uma política pública de saúde**: problematização, construção da agenda, institucionalização, formulação, implementação e avaliação. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Med. Book, p. 69-81, 2009.

MAUÁ JÚNIOR, Reginaldo. **Planejamento e Plano escolar**. Dissertação de Mestrado UNESP – Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Manha, 2003.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Teoria do planejamento educacional**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1974.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

MARX E ENGELS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.